



COPA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A Copa Energia tem o prazer de apresentar seu Relatório Anual da Administração 2024, que desempenha um papel fundamental na promoção da transparência e do compromisso com uma prestação de contas de qualidade. Além disso, com esta publicação, a empresa busca manter uma comunicação próxima com seus colaboradores, fornecedores, revendedores, parceiros de negócio, consumidores, comunidades e a sociedade em geral.

Neste relatório, são fornecidas informações detalhadas sobre o perfil institucional da Copa Energia, os principais avanços e fatos corporativos do ano, prioridades de gestão no período reportado, bem como uma análise concisa do desempenho financeiro e operacional.

Além de atender às exigências da Lei das Sociedades Anônimas (nº 6.404/1976) e às recomendações do Parecer de Orientação CVM nº 15, de 28 de dezembro de 1987, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), este relatório também inclui as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, que foram auditadas externamente pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Adicionalmente, a Copa Energia publica anualmente seu Relatório de Sustentabilidade, que detalha informações e métricas mais abrangentes no âmbito do ESG, seguindo as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e com base nos temas materiais de sustentabilidade da empresa, que será lançado posteriormente e disponibilizado no website <https://www.copaenergia.com.br/sustentabilidade>.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Prezados acionistas, colaboradores, parceiros e demais leitores, O ano de 2024 foi um ano em que celebramos conquistas e enfrentamos desafios, fatores que nos fortaleceram e nos tornaram mais preparados para o futuro, consolidando nosso compromisso com as melhores práticas de governança, gestão de pessoas e excelência operacional. Otimizamos nossa capacidade no atendimento das necessidades de 40 milhões de consumidores, assistidos por nossa ampla rede de revendas e uma equipe qualificada de técnicos e agentes comerciais que atendem nossa rede de 40 mil clientes empresariais. Nestes quatro anos de atividades de consolidação, integração de processos das empresas Copagaz e Liquigás adquirida em 2020, registramos resultados significativos que refletem nosso compromisso com a excelência operacional e as boas práticas de mercado. Com nossa presença no mercado de GLP já consolidada, avançamos na trajetória da transição energética no Brasil por meio de práticas sustentáveis do ponto de vista dos negócios e do meio ambiente, melhoramos em diversos indicadores de qualidade, atuamos fortemente em segurança. Parte importante dessa trajetória já aconteceu quando finalizamos a aquisição da Companhia de Transporte de Gás (CTG), o que propiciou que a empresa passasse a atuar com outros energéticos além do GLP, dando passos importantes na missão de "Energizar vidas e negócios de forma sustentável".

A receita líquida de vendas totalizou R\$10.909,5 milhões em um ano em que o mercado exigiu muita atenção às variáveis econômicas que impactam na demanda e refletem em nosso negócio. Apesar desse cenário desafiador, nosso Ebitda atingiu R\$1.543,7 milhões, representando 14,1% da receita líquida de vendas (10,9% em 2023). Além disso, destacamos um aumento de 37,0% no Valor Adicionado a Distribuir em relação a 2023 resultante das estratégias e das melhores práticas.

Em maio as enchentes no Rio Grande do Sul atingiram o Centro Operativo em Canoas, impactando nossas operações e pessoas, e no final do ano ocorreu um acidente na unidade em Belém (PA), tais eventos exigiram respostas ágeis e coordenação entre todas as nossas equipes. Embora tenham representado perdas materiais, essas adversidades também evidenciaram nossa capacidade de reagir, unir forças, potencializar laços entre colaboradores e renovar o compromisso negociável com a segurança. Evoluímos enormemente em cultura, focando nos aspectos operacionais e no atendimento às pessoas, com apoio das mais diversas bases espalhadas pelo país e de todos os times e áreas da empresa, em uma demonstração de solidariedade e compromisso com os valores e preceitos da Copa Energia.

Ao longo do ano, investimos na modernização de nossos Centros Operativos, na digitalização de processos e no fortalecimento da infraestrutura logística. Reafirmamos o posicionamento estratégico de liderar a transformação da matriz energética nacional, promovendo o GLP como uma solução energética sustentável para diversos setores. Nesse sentido, dialogamos ativamente com órgãos reguladores, defendendo a ampliação do uso do GLP e sua contribuição para a transição para uma economia de baixo carbono.

Avançamos nas metas ESG e no atendimento de seus indicadores, com iniciativas que impactam positivamente todas as partes interessadas em nosso negócio e reduzimos emissões de carbono, incluindo a substituição de combustível para etanol em mais de 90% da frota leve e o engajamento de nosso pessoal em direção defensiva, segura e eficiente. As parcerias com entidades acadêmicas e os investimentos em inovação seguem avançando no sentido de viabilizar o GLP como uma fonte de energia de transição para alternativas mais sustentáveis. Em colaboração com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), a Copa Energia explora novas aplicações para o GLP, como seu uso na geração de energia distribuída e no agronegócio. Em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), trabalhamos no desenvolvimento de rotas tecnológicas eficientes para a produção de GLR (gás liquefeito renovável), um substituto sustentável ao GLP fóssil, considerando as especificidades logísticas, econômicas e de matéria-prima nacional. A aquisição da CTG, empresa de gás comprimido, ampliou nosso portfólio para o setor empresarial, agora com a oferta de gás natural e Biometano, incorporando alternativas promissoras para a transição energética.

Obtivemos avanços significativos em governança corporativa, integridade e sustentabilidade. Nosso programa de *compliance* foi otimizado, assim como a matriz de riscos da companhia, cuja responsabilidade de gestão passou a ser compartilhada, de forma colaborativa com as respectivas lideranças.

Com base em um modelo de negócios robusto e uma equipe engajada, olhamos para 2025 com confiança. Continuaremos a investir em tecnologia, sustentabilidade e expansão, mantendo-nos firmes no compromisso de ser parte importante na liderança da transição energética no Brasil. Agradeço aos colaboradores, acionistas e parceiros que contribuíram para mais um ano de conquistas. Unidos, seguimos transformando desafios em oportunidades e fortalecendo nosso papel como líder no setor de energia.

Antônio Carlos Moreira Turquetto
CEO da Copa Energia

1. COPA ENERGIA

1.1 Perfil organizacional

A Copa Energia S.A. é líder nacional no mercado de GLP, com 24,4% de participação, operando em 24 estados e no Distrito Federal por meio de uma rede de mais de 10 mil revendas. A infraestrutura abrange 54 unidades de abastecimento, incluindo 24 Centros Operativos e 30 Depósitos Avançados, além dos escritórios comerciais e matriz. Com uma equipe de quase 4 mil colaboradores diretos, a empresa está empenhada em contribuir para um futuro mais sustentável, fornecendo energia limpa e produtos essenciais que aquecem, alimentam e movem o Brasil.

Originada da aquisição da Liquigás pela Copagaz em 2020, tendo a MS Administração e Participações S.A. como controladora, com 51,07% de participação, e a Holding Itaúsa como investidora, detendo 48,93%, a Copa Energia nasceu com a missão de proporcionar energia de maneira sustentável para vidas e negócios. Sua trajetória começou na década de 1950, quando a Copagaz foi fundada em Campo Grande (MS), e a Liquigás iniciou sua trajetória no Brasil por meio de engenheiros italianos. Ao longo dos anos, as marcas conquistaram a confiança e o prestígio de clientes e consumidores, passando a fazer parte de milhares de residências, empresas e indústrias.

Comprometida com a sustentabilidade, a Copa Energia lidera iniciativas de descarbonização e inovação, como pesquisas sobre bioGLP e novas aplicações do GLP, buscando uma transição energética sustentável e eficiente.

Aspiração, Propósito e Valores

Aspiração

Liderar as mudanças da matriz energética, do Brasil para o mundo, a partir de soluções sustentáveis, confiáveis e que tragam resultados sólidos

Propósito

Energizar vidas e negócios de forma sustentável.

Valores

Determinação - Fazemos acontecer e agimos como donos.

Contagiamos positivamente pessoas e negócios com nossa vontade de fazer acontecer. Superamos os obstáculos, pois acreditamos nos nossos sonhos e tornamos cada um deles realidade.

Respeito - Respeitamos e valorizamos a vida, as pessoas e o meio ambiente.

Valorizamos a vida por meio da segurança e do respeito com as pessoas e com o meio ambiente. Tratamos as pessoas como gostaríamos de ser tratados. É assim que construímos um ambiente íntegro, diverso e inclusivo.

Inovação - Temos a mente aberta e agimos como empreendedores.

Nascemos do espírito de empreendedores e mantivemos esta natureza em nosso DNA. Pensamos fora da caixa em busca de soluções e testamos novos jeitos de fazer.

Parceria - Estabelecemos relações sólidas com clientes, colaboradores e fornecedores. Trabalhamos em cooperação na construção dos nossos objetivos, buscando impacto positivo em tudo aquilo que fazemos.

1.2 Contexto setorial e regulatório

O setor de GLP no Brasil desempenha um papel essencial na matriz energética nacional, sendo a principal fonte de energia para coção em milhões de lares brasileiros e oferecendo uma contribuição significativa para a descarbonização da economia. Além de ser um energético de transição de baixa emissão, o GLP é reconhecido por sua facilidade de transporte, armazenamento, portabilidade, segurança e eficiência térmica, o que o torna indispensável em regiões rurais e de difícil acesso, além de ser amplamente utilizado por pequenos negócios, como restaurantes. Estratégico para a segurança energética, o GLP pode ser estocado e distribuído em situações emergenciais, garantindo energia em regiões vulneráveis.

Liberação de novos usos do GLP

Apesar de sua origem fóssil, emite menos poluentes do que o carvão e a lenha, contribuindo para a transição energética. Além disso, regulamentos desatualizados limitam o uso do gás em diversos segmentos, como o de motores a combustão. Exemplo dessas restrições legais impostas há quase três décadas Lei 8.716, de 08/02/1991, que permanece em vigor, dificulta o desenvolvimento completo desse recurso energético excepcional. Estudos indicam que a infraestrutura de abastecimento e distribuição é robusta e possa vir a suportar um aumento de demanda decorrente da eliminação dessas limitações. Além disso, existem projeções otimistas sobre a potencial autossuficiência do mercado brasileiro até 2028. Assim, o GLP mantém papel central no Brasil, equilibrando demandas sociais, econômicas e ambientais, enquanto o país expande sua infraestrutura energética.

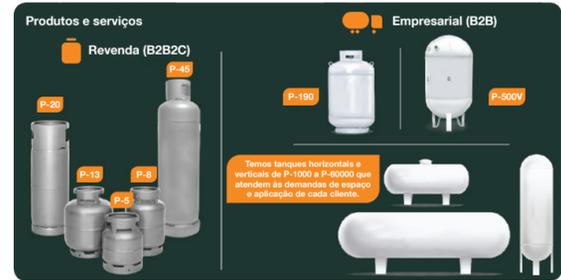
É oportuno que tais restrições impostas ao uso do GLP sejam revistas e eliminadas, permitindo que o energético desempenhe seu papel integral na diversificação e na limpeza da matriz energética do país.

Importância de respeitar a marca

A Copa Energia defende a regulação econômica que determina às empresas o uso apenas de seus botijões para envase e comercialização de GLP, compreendendo que esse é um meio de respeitar o direito de escolha do consumidor, garantindo transparência e rastreabilidade no processo. Essa medida está intrinsecamente ligada à segurança e à responsabilidade, que consolidam a base para investimentos na qualidade dos cilindros. A regulação que impõe esse requisito é essencial para manter a segurança no mercado de GLP, evitando o caos decorrente de sobreposições regulatórias estaduais e assegurando a uniformidade do mercado nacional de GLP. O cumprimento dessas normas não apenas protege os direitos do consumidor, mas também estimula investimentos e inovações que garantem a oferta contínua de produtos de qualidade a preços justos.

1.3 Produtos, soluções e logística

A Copa Energia oferece um portfólio diversificado de produtos e serviços, com foco no Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), que é composto principalmente por propano e butano. O principal segmento atendido pela companhia é o residencial (75,8% das vendas) e o produto mais comercializado é o botijão de 13 kg (P13), amplamente utilizado nas residências brasileiras para coação de alimentos, sendo conhecido como "gás de cozinha".



Por oferecer alta eficiência energética, com um custo até 26,0% menor do que outras fontes de energia e menos emissões de gases poluentes, o GLP da Copa Energia é uma solução confiável, sustentável e econômica para indústrias de variados portes, comércio, prestadoras de serviços, agronegócios e condomínios.

GLP para indústrias: amplamente utilizado em fornos siderúrgicos, secagem de papel, pintura automotiva, produção têxtil, pasteurização de alimentos, cerâmica, fundições, moldagem de vidros, entre outros processos.

GLP para o agronegócio: garante flexibilidade, segurança e redução de custos na produção agrícola, sendo aplicado na secagem e torrefação de grãos, aquecimento em estufas, ciclos frigoríficos, entre outras atividades.

GLP para comércio e serviços: está presente em restaurantes, padarias, lavanderias, hotéis, entre outros estabelecimentos, para climatização, secagem de roupas, aquecimento de água, esterilização e coação de alimentos.

GLP para condomínios: podem se beneficiar do GLP como uma fonte complementar ou substituta de energia, com isenção de taxa de consumo mínimo, contas individualizadas e assistência 24 horas por dia.

Em 2024, a Copa Energia adquiriu a Companhia de Transporte de Gás (CTG), consolidando sua entrada no mercado de biometano. A CTG, especializada no transporte e logística de Gás Natural Comprimido (GNC), possui também a licença para comercialização de biometano. Essa aquisição permite à Copa Energia diversificar seu portfólio, contribuindo para a transição energética do Brasil. A CTG continuará operando de forma autônoma, com estrutura e equipes próprias.

Outras Soluções

A Copa Energia oferece soluções complementares aos produtos e serviços baseados no GLP, que adicionam produtividade, conveniência e flexibilidade ao portfólio. Conheça algumas delas: **Purogas:** gás para aerossóis livre de impurezas, odor e umidade, utilizado na fabricação de produtos como desodorantes, cosméticos, alimentos, medicamentos e inseticidas. Não contribui para o efeito estufa e não é carcinogênico.

Gás Station: sistema de reabastecimento de empilhadeiras que permite operação direta na máquina, sem a necessidade de troca de cilindros. A versão Fast Gás Station é 30% mais rápida e 70% mais leve.

Skid Tank: soluções móveis que funcionam como centrais de GLP, montadas em estruturas metálicas de fácil transporte, ideais para instalações sazonais ou onde o abastecimento no local de consumo não é viável.

Flexgas: resultante da mistura de GLP com ar, com características de queima similares ao Gás Natural (GN). Pode substituir ou ser usado como *backup* ao GN, sem a necessidade de intervenções operacionais.

Medição individualizada: permite ao cliente pagar somente pelo que consome, sem nenhuma taxa mínima, abandonando o sistema de rateio. Ideal para condomínios residenciais, comerciais e *shoppings centers*.

Gás natural: distribuição de Gás Natural Comprimido (GNC) transportados em cilindros, onde a distribuição é feita em carretas e transportado via modal rodoviário (gasoduto virtual) até o cliente.

Eficiência logística

A gestão logística na Copa Energia conta com o Copa Tower, sistema capaz de monitorar e gerar rotas otimizadas para entregas, melhorando a eficiência logística do transporte e outras ferramentas que mede o nível de serviço logístico oferecido. Estas ferramentas combinadas proporcionam resultados significativos.

1.4 Mapa operacional

Abraçência geográfica das operações no território brasileiro (entre Copagaz e Liquigás), mapa ilustrativo da localização dos Centros Operativos e Depósitos Avançados (unidades de armazenamento, engarrafamento e distribuição do GLP):



2. GOVERNANÇA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

2.1 Estrutura de administração

A Estrutura de Governança Corporativa da Copa Energia é formada, dirigida e gerida por um sistema que inclui os acionistas, o Conselho de Administração, respectivos comitês de assessoramento (Auditoria, Finanças e Pessoas) e a Diretoria Estatutária. O Conselho de Administração pode ainda, sempre que necessário, criar comitês para assessorá-lo. O atual mandato dos órgãos de governança continuará vigente até 14 de fevereiro de 2027.



Conselho de Administração	
Antonio Carlos Moreira Turquetto	Presidente do Conselho
Alfredo Egidio Setubal	Membro do Conselho
Jairo Eduardo Loureiro Filho	Membro do Conselho
Lavinia Rocha de Hollanda	Membro do Conselho
Vicente Furlletti Assis	Membro do Conselho
Rodolfo Villela Marino	Membro Suplente do Conselho
Pedro João Zahran Turquetto	Membro Suplente do Conselho
Guilherme Setubal Souza e Silva	Membro Suplente do Conselho
Comitê de Auditoria	
Priscila Grecco Toledo	Presidente
Lavinia Rocha de Hollanda	Membro
Luciano Dequech	Membro
Elvira Presta	Membro
Gustavo Amaral de Lucena	Membro
Bárbara Nogueira Gaspar	Secretária
Comitê de Finanças	
Pedro João Zahran Turquetto	Presidente
Jairo Eduardo Loureiro Filho	Membro
Marcos Mattar Mesquita	Membro
Bárbara Nogueira Gaspar	Secretária
Stefanie Samaan	Secretária Adjunta
Comitê de Pessoas	
Pedro João Zahran Turquetto	Presidente
Cristiane Yamamoto Retes	Membro
Vicente Furlletti Assis	Membro
Claudia Meireles Carvalho	Membro
Luciano Dequech	Secretário
Diretoria	
Antonio Carlos Moreira Turquetto	Diretor-Presidente
Eduardo Elias Zahran Filho	Diretor
Pedro João Zahran Turquetto	Diretor

2.2 Ética, transparência e compliance

A estrutura de *compliance* da Copa Energia visa prevenir, detectar e corrigir não conformidades com leis, regulamentos, políticas e diretrizes. Para isso, a companhia possui uma Política de *Compliance* e uma série de documentos normativos, como o *Código de Conduta Ética*, que abrange temas como prevenção de conflitos de interesse, proteção de ativos e informações corporativas, privacidade de dados, relacionamento com *stakeholders* e combate à fraude, à corrupção e à lavagem de dinheiro. O documento também define o *Canal de Denúncias* e os procedimentos para lidar com violações do código e demais normativas. É gerenciado por empresa terceirizada e permite o relato de violações de forma anônima e segura, garantindo a confidencialidade e a proteção contra retaliações. Todas as denúncias são tratadas com confidencialidade e, quando procedentes, são levadas ao Comitê de Ética para deliberação da penalidade a ser aplicada.

Por meio do seu Programa de Integridade, a Copa Energia promove a cultura de *compliance* com Agentes de Integridade, os quais disseminam informações sobre ética e conduta responsável entre os colaboradores. A companhia investe em comunicação constante, incluindo a Semana de *Compliance* com atividades presenciais e remotas, para reforçar seus valores.

A Copa Energia mantém sistemas de controles internos para salvaguardar seus ativos, verificar a adequação e a confiabilidade das informações financeiras e promover a conformidade com a legislação e as políticas. Realiza averiguação preliminar (*due diligence*) nas contratações de terceiros, reforçada por meio do preenchimento de um questionário autodeclaratório, com o intuito de cobrir situações que contrariem seus preceitos.

2.3 Gestão de riscos

A Copa Energia tem implementada uma gestão de riscos integrada e estruturada, que segue as diretrizes estabelecidas na Política de Gestão de Riscos Empresariais aprovada pelo Conselho de Administração. Esse processo é essencial para a sustentabilidade dos negócios, e é conduzido para antecipar ameaças, mitigar impactos e aproveitar oportunidades, promovendo uma atuação proativa diante dos desafios do mercado.

A governança na gestão do risco está constituída pela definição dos responsáveis pelos riscos ("gestores de riscos"), pela área específica de Riscos e Controles Internos, responsável pela definição de metodologias de identificação e acompanhamento de riscos, e pelo Comitê Executivo de Riscos e Controles Internos, em estruturação, composto pelo CEO, Vice-presidentes, Diretor Jurídico e Gerente de Riscos. A supervisão do tema cabe ao Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento do Conselho de Administração. Esta estrutura de governança contribui para conferir maior aderência e robustez ao tratamento do tema.

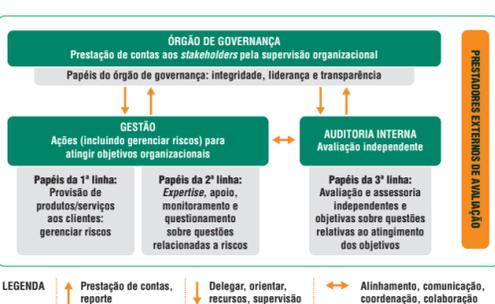
Controles internos

O ambiente de controle da companhia é baseado em três linhas de defesa.

A primeira é formada pelos gestores dos processos, responsáveis por identificar e avaliar riscos de processo, bem como por desenhar, implementar e executar os controles que mitigarão esses riscos.

A segunda linha, é formada pelos profissionais que atuam nos controles e monitoramento internos em conjunto com outras áreas, de modo que a estrutura apoie os gestores de processos, assessorando na definição e adoção de controles, fornecendo suporte metodológico e auxiliando na definição de políticas e procedimentos.

O Modelo das Três Linhas do The IIA



A terceira linha de defesa: é composta pela Auditoria Interna e seu papel é avaliar a eficácia do gerenciamento de riscos e dos controles internos, realizando testes nos controles e analisando como as demais linhas de defesa alcançam os objetivos do gerenciamento de riscos e do controle.

Utilizando métodos de avaliação (probabilidade e impacto) e tratamento (aceitar, mitigar, transferir, eliminar), a política atribui responsabilidades a todos os níveis da organização, do Conselho aos gestores, e enfatiza a comunicação transparente.

Auditoria Interna

A Copa Energia conta ainda com a Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, que realiza regularmente a avaliação dos principais processos de controles internos da companhia, com o objetivo de assegurar que a sua execução seja feita em conformidade com as diretrizes definidas pela Alta Administração, com as Políticas, Normas e Procedimentos divulgados no Sistema de Padronização Normativo e com a legislação vigente.

As avaliações são executadas com o suporte informatizado e desenvolvem-se em três formas distintas:

- Auditoria de Processos;
- Autoavaliação de Controles;
- Auditoria Contínua.

O Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pelo CEO e pelo Comitê de Auditoria, define a agenda de trabalho da auditoria interna, cujos processos auditáveis têm os riscos avaliados conforme a matriz de riscos corporativos e a seleção dos trabalhos obedece aos seguintes critérios: demandas da Alta Administração, riscos corporativos associados aos processos, materialidade, resultados de auditorias passadas, rotação (histórico da execução das auditorias) e normatização dos processos.

O resultado dos trabalhos é formalizado em relatórios específicos que são encaminhados para conhecimento do CEO, Vice-presidência e Diretoria relacionada, Gerência auditada e Comitê de Auditoria.

3. GESTÃO DE PESSOAS E SUSTENTABILIDADE

3.1 Cultura organizacional e desenvolvimento

A Copa Energia encerrou o ano de 2024 com um total de 3.956 colaboradores, representando uma diminuição de 1,6% em relação ao ano anterior.

Em 2024, a companhia implementou um Programa de Concessão de Bolsas de Estudo para seus colaboradores, demonstrando o interesse estratégico no desenvolvimento profissional de seus funcionários. O programa recebeu 274 solicitações, das quais 239 foram aprovadas: 38% para cursos de graduação, 34% para cursos de pós-graduação, MBA e mestrado e 28% para cursos de idiomas.

3.2 Diversidade, inclusão e segurança no trabalho

Equidade de gênero

Em 2024, a Copa Energia adotou práticas para promover a equidade de gênero em posições de liderança. Entre elas, está a inclusão de candidatas mulheres em listas finais para posições gerenciais. Essa iniciativa visa aumentar a representatividade feminina em cargos de gestão na empresa, com objetivo de atingir 35,0% de mulheres em cargos de liderança até 2030. Em 2024, as mulheres representavam 17,25% da equipe total da empresa, o que demonstra os desafios persistentes para aumentar a participação feminina no setor de GLP.

O Comitê Executivo de Diversidade, denominado Copa Plural, criado em 2023 e liderado por membros da Diretoria Executiva, tem a responsabilidade de promover a execução da agenda de Diversidade e Inclusão (D&I) da empresa. Em 2024, o Copa Plural trabalhou para desenvolver estratégias de inclusão, abordando questões de representatividade e acessibilidade, a partir dos resultados de um Censo de Diversidade realizado em 2023.

Copa Plural e seus pilares:

- ÉTNICO/RACIAL: Enaltecendo a riqueza da diversidade cultural
- LGBTQIAP+: Construindo uma cultura de respeito e igualdade
- Gênero: Celebrando a diversidade nas relações
- PcD: Valorizando a contribuição única de todos

Segurança, saúde e bem-estar

A segurança é um elemento estruturante das ações e dos valores da Copa Energia. Em 2024, a companhia investiu em treinamentos, equipamentos, padronização de processos e monitoramento contínuo para garantir um ambiente de trabalho seguro e eficiente. Nesse sentido, destacamos as iniciativas de aprimoramento de competências e habilidades de lideranças com foco em Segurança e Disciplina Operacional, com a implantação da fase 1 do projeto de transformação cultural de segurança com apoio da consultoria DSS (Dupont). Nessa etapa reestruturamos toda governança de riscos e iniciamos um programa de desenvolvimento da cultura preventiva de segurança com a alta liderança.

Em relação a Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento (TFCA), a Companhia firmou o compromisso de reduzir 10% até 2027 e 30% até 2030 com base nos índices de 2023.

Em 2024, a Copa Energia registrou uma diminuição de 67% nos acidentes, já alcançando o compromisso estabelecido para os próximos anos. Essa conquista reforça o compromisso contínuo da Copa Energia com a segurança, contribuindo para maior produtividade, qualidade, reputação e satisfação dos colaboradores. Para 2025 a empresa projeta metas também para acidentes sem afastamento, contemplando como meta o TAR (Taxa de Acidentes Registráveis) e iniciando com uma redução de 5% quando comparado com 2024.

Além disso, a Copa Energia investiu, em 2024, na compra de equipamentos, em simulados de emergência, avaliação ergonômica, proteção para trabalhos em altura, aquisição de equipamentos para detecção de gases inflamáveis, padronização de processos e na conformidade legal.

Em novembro de 2024 tivemos um aprendizado na unidade de Belém (PA) envolvendo cultura de segurança. Houve um incêndio na plataforma de envase de recipientes de GLP, que rapidamente foi contido pelo acionamento do sistema de segurança e não houve vítimas. A equipe interna responsável acionou os órgãos competentes que adotaram as medidas cabíveis, esse evento causou a interrupção temporária da plataforma, sendo necessária a cooperação técnica com as congêneres da região para atender a demanda produtiva. A empresa contribui com as autoridades no esclarecimento do ocorrido e iniciou um processo interno para apurar e avaliar as causas, perdas e os impactos ao meio ambiente.

3.3 Compromissos ESG

Os principais compromissos ESG (Ambiental, Social e de Governança) da Copa Energia são fundamentados em quatro eixos principais, os quais sustentam o propósito da companhia de "energizar vidas e negócios de forma sustentável".

Cadeia de valor e foco no cliente: investimentos para garantir a qualidade e segurança de seus produtos e serviços, tornando o acesso à energia seguro e acessível para os clientes e relações responsáveis com os parceiros de revenda.

Nossas pessoas: promoção de um ambiente de trabalho seguro, saudável, diverso, inclusivo e de desenvolvimento contínuo.

Governança: compromisso com a ética, integridade e *compliance* em todas as operações e relações desenvolvidas pela companhia.

Meio ambiente: redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e promoção da transição energética.

TFCA registra uma diminuição de 67%
A empresa projeta uma diminuição de 10% até 2027 e 30% até 2030





COPA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Eixo	Direcionador	Metas 2024*	ODS
Ética e Governança	Cultivar relações éticas com todos os nossos públicos de relacionamento e manter as melhores práticas de governança corporativa.	<ul style="list-style-type: none"> Ter pelo menos um membro do CA com conhecimento em ESG. Ter 100% de implementação das políticas de compliance. 	ODS 16
	<ul style="list-style-type: none"> Implementar o programa de Segurança e Respeito pela Vida e reduzir 5% do TFCA, com relação a 2023. Implementar programas de saúde e bem-estar, sendo dois deles relacionados à saúde mental. Implantar metas do programa de diversidade e inclusão. 	ODS 3, 5, 8	
Nossas Pessoas	Criar um ambiente seguro, diverso, inclusivo e com desenvolvimento contínuo para os nossos colaboradores.	<ul style="list-style-type: none"> Tornar o GLP mais acessível aos brasileiros, por meio de inovações no modelo de negócio e apoio a políticas públicas. Criar uma política de engajamento com clientes e cultura de segurança para transportadoras. Desenvolver critérios ESG Copa Energia para clientes empresariais do segmento industrial. Criar uma iniciativa de Investimento Social Privado que busque endereçar os desafios da Pobreza Energética no Brasil. 	ODS 7, 12, 17
	Fazer a nossa energia chegar aos clientes de forma segura, disponível e acessível, com uma posição responsável da cadeia de valor e do ciclo de vida dos nossos produtos e revisão de preços ao consumidor.	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir as emissões diretas de GEE (Escopos 1 e 2) em 6% em relação a 2023. Criar indicador de monitoramento para consumo e utilização de água (volume relativo por tonelada movimentada). Reduzir o consumo de energia elétrica para uso próprio por fornecedores de fontes de energia renovável. Reduzir a geração de resíduos perigosos em 3% em relação a 2023. 	ODS 6, 7, 13
Foco no Cliente e Cadeia de Valor			
Meio Ambiente	Entregar soluções em energia eficiente, com baixa emissão de carbono, e integrar as melhores práticas de sustentabilidade em nossa operação.		

Nº ODS	ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável)
3	Saúde e Bem-estar
5	Igualdade de Gênero
6	Água potável e Saneamento
7	Energia Acessível e Limpa
8	Trabalho decente e crescimento econômico
12	Consumo e produção responsáveis
13	Ação contra a mudança global do clima
16	Paz, justiça e instituições eficazes
17	Parcerias e meios de implementação

*Os resultados atingidos relacionados às metas de 2024 em ESG estão em fase de fechamento e serão divulgados no Relatório de Sustentabilidade 2024 da Copa Energia.

Em 2024, a empresa revisou sua matriz de materialidade, adotando pela primeira vez a metodologia de dupla materialidade. Esse modelo reconhece que os temas materiais podem ser significativos tanto pelo seu impacto no ambiente e na sociedade quanto pela sua relevância financeira para a organização.

3.4 Gestão ambiental e impacto social

Mudanças climáticas

Uma semana depois das fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul (RS), a situação no estado permanece crítica, principalmente por conta da grande extensão dos alagamentos. Desde o início dessa crise climática, a Copa Energia concentrou seus esforços em busca de soluções para seus colaboradores, clientes, fornecedores e a população em geral. Um dos Centros Operativos da Copa Energia instalado na cidade de Canoas, ficou interditado por muitos dias devido às inundações, registrando grandes perdas de botijões entre outros ativos, ficando também sujeita às consequências provocadas pela dificuldade de locomoção e pelo fechamento de diversas estradas em todo o RS. Foi criada uma força-tarefa com diversas frentes de trabalho para abastecer a região, nas operações de Pelotas e Passo Fundo, além da mobilização logística entre outros estados e países para atender às demandas de Canoas. Nossa prioridade foi garantir a segurança e o bem-estar de nossa equipe, clientes e fornecedores, muitos dos quais residentes em áreas afetadas. Todos os recursos disponíveis foram mobilizados para auxiliar nos resgates necessários e fornecer alojamentos para famílias inteiras retiradas de áreas alagadas ou de risco, com todas as medidas de segurança para uma retomada segura.

Como a Copa Energia distribui um item essencial para a comunidade e devido à capacidade restrita naquele momento, foram em busca de soluções para otimizar a distribuição com prioridade para hospitais e abrigos. Com uma força-tarefa para entregar GLP à população a partir da criação de vias alternativas às mais de 100 rotas interditadas na região, triplicamos o número de carretas e criamos rotas alternativas entre os estados para viabilizar o transporte de gás e suprir a demanda da região. Pouco a pouco com a água abaixo, iniciou-se um intenso trabalho especial de engenharia e dos colaboradores, a unidade de Canoas voltou a operar.

Como maior distribuidora de GLP da América Latina, a Copa Energia assume sua responsabilidade e publica anualmente o inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Essa publicação é feita por meio da plataforma de Registro Público de Emissões, vinculada ao Programa Brasileiro do GHG Protocol, que é administrado no país pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Cabe destacar que um dos compromissos públicos assumido pela empresa em 2024 foi o de redução de 5% das suas emissões de GEE nos escopos 1 ou 2, tendo como referência o ano de 2023. Essa iniciativa representa um passo significativo no alinhamento da empresa às demandas globais por soluções mais sustentáveis.

Para 2025, o objetivo é elaborar um plano de descarbonização abrangente, que incluirá a construção de uma curva MAC (*Marginal Abatement Cost*). Esse plano será fundamental para identificar e priorizar as iniciativas de maior impacto na redução das emissões, garantindo esforços estratégicos e alinhados aos desafios climáticos globais. A curva MAC permitirá uma análise detalhada do custo-benefício de cada ação de mitigação, ajudando a empresa a tomar decisões mais fundamentadas, que possam contribuir com a mitigação dos impactos das mudanças climáticas. Dessa forma, a Copa Energia busca consolidar seu compromisso com práticas sustentáveis, integrando metas claras e alcançáveis ao seu planejamento. Com essa abordagem estruturada, a empresa reafirma sua responsabilidade em contribuir ativamente à transição para uma economia de baixo carbono, promovendo resultados concretos e alinhados às expectativas da sociedade e dos *stakeholders*. Também está prevista para 2025, a verificação de potenciais impactos climáticos nas regiões onde a Copa Energia atua, considerando cenários com base na ciência e em padrões internacionais de referência. O resultado deste processo contribuirá com a ampliação no portfólio e gestão dos riscos corporativos, trazendo insumos fundamentais para a tomada de decisão de investimento e proteção dos ativos.

Projetos e Programas apoiados

- Instituto Ethos:** Adesão Institucional e Patrocínio à Conferência Anual.
- Ramboll Consultoria Socioambiental:** Análise crítica do Inventário de Emissões cálculo comprobatório das emissões evitadas em 2023.
- Instituto Rede Brasil do Pacto Global:** Adesão institucional.
- Ideal Social:** Diagnóstico de ações sociais para elaboração das diretrizes para o investimento social privado.
- Betterfly:** Aplicativo que integra ações sociais e doações, a partir de ações de saúde e bem-estar.
- Agenda Pública:** Estratégia de *advocacy* com foco no levantamento do cenário e elaboração de tratativas para redução da pobreza energética.
- Litro de Luz:** Ações de voluntariado com foco no acesso à energia de fonte renovável.

Capacitação

A jornada de ensino em sustentabilidade capacita colaboradores em temas ESG, promovendo compreensão além do cumprimento de metas. A disseminação de conhecimento está alinhada com os objetivos estratégicos da companhia, contribuindo para o cumprimento das metas de rentabilidade alinhadas aos princípios ESG.

Descarbonização

Entre as iniciativas de descarbonização efetivadas pela companhia em 2024, destacam-se:

- Otimização logística para reduzir o consumo de *diesel*, incluindo: abastecimento da frota leve com etanol; o projeto Gamificação Filiais, que visa contar clientes para reduzir recusas com deslocamento; treinamentos em direção defensiva, segura e eficiente.
- Inauguração da primeira usina fotovoltaica em Mataripe (BA). A usina, com capacidade para abastecer mil residências, demonstra o compromisso da empresa com a sustentabilidade, reduzindo emissões e custos.
- Conquista do "Selo Energia Renovável", emitido pelo Instituto Brasileiro de Defesa da Natureza (IBDN) em parceria com a empresa A3, especializada em estratégia de investimento energético, reforçando a estratégia da Copa Energia na transição energética.

Impacto social

Ciente de seu papel social, a Copa Energia apoia o acesso à energia segura, incentivando políticas públicas como o Auxílio Gás e buscando aprimoramentos para o programa. Para combater a pobreza energética, a empresa atua, ainda, em parceria com ONGs, com o objetivo de gerar renda e promover o desenvolvimento socioeconômico em comunidades vulneráveis por meio do GLP. Em 2024, a Copa Energia consolidou sua estratégia de investimento social privado em parceria com a Ideal Social, mapeando diretrizes e elaborando um projeto alinhado à estratégia de negócio. Além disso, iniciou colaboração com a ONG Agenda Pública para enfrentar a pobreza energética, promovendo *workshops* e possibilitando ações de *advocacy* da companhia nessa temática. Parcerias com a ONG Litro de Luz levaram iluminação solar a comunidades remotas, com destaque para as comunidades Jardim Esperança II (SP) e Inferninho (CE). Para proporcionar segurança e apoio aos colaboradores, clientes e revendas do Rio Grande do Sul, a Copa Energia abriu um Fundo de Auxílio, inicialmente de R\$ 1 milhão. Além disso, a empresa está criando uma plataforma para facilitar doações de colaboradores de outros estados e oferecer assistência a ONGs e fornecedores parceiros. As ações de apoio a instituições sociais em 2024 incluíram, ainda:

- Abastecimento de energia para uma lavanderia social que atende pessoas em situação de rua em São Paulo.
- Apoio à plataforma de bem-estar Betterfly, a qual transforma hábitos saudáveis em doações para organizações socioambientais, além de oferecer seguro de vida sem custo.
- Em 2024, a empresa aportou R\$ 1,0 milhão em apoio à Fundação Uzeu Zahran, com foco em projetos educativos, culturais e ambientais e projeto Orquestra Infante Juvenil Grupo Zahran via Lei de Incentivo à Cultura.
- Doações de GLP para diversas instituições beneficentes em diferentes estados. Conforme citações acima o total investido pela Companhia no ano de 2024 em ESG foi de aproximadamente R\$ 3,53 milhões.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL E MERCADO

4.1 Experiência do cliente e gestão comercial

Em 2024, o volume de GLP comercializado pela Copa Energia totalizou 1.850,7 mil toneladas, dividido entre 24,2% para o segmento a granel e 75,8% para o envasado. Esse resultado foi 2,9% superior ao volume de 1.798,5 mil toneladas do ano anterior. Em relação ao gás natural operado pela CTG o volume comercializado entre abril a dezembro de 2024, foi de 2.344,5 mil m³. A iniciativa de expandir a capacidade analítica da empresa, incluiu projetos de aprimoramento da coleta de dados (*data ingestion*) e melhoria de produtos de dados, o que permite análises mais detalhadas do comportamento dos clientes. O mapeamento das demandas das áreas de Marketing, Inteligência de Mercado e *Growth* permitiu à empresa entender melhor as necessidades dos clientes e oferecer soluções personalizadas. A implementação da Central Copa Analytics, um local único para consultas de dados, aumentou exponencialmente o número de usuários e acessos a *dashboards* de informações estratégicas, táticas e operacionais da empresa. Esta ferramenta empodera os gestores com informações relevantes, possibilitando um atendimento ao cliente mais eficiente e customizado. Em 2024, ocorreu a instalação da Gaiola 2.0, primeira minirrevenda da Copa em São Caetano do Sul (SP), conferindo conveniência, praticidade e agilidade para os clientes. Foram abertas 40 unidades de minirrevendas ao longo do ano. Ainda neste ciclo, a Liquigás foi a primeira marca da empresa a receber o selo RA1000 (certificação concedida pela plataforma Reclame Aqui), que reconhece as empresas que mais valorizam seus consumidores. A distinção foi fruto do trabalho de gestão da reputação da marca.

4.2 Qualidade e eficiência nas operações

A empresa acompanha a qualidade dos serviços oferecidos aos clientes por meio de indicador que avalia a pontualidade nas entregas considerando o percentual de pedidos entregues dentro do prazo em relação ao total de pedidos válidos, realizou o mapeamento e a padronização, reduzindo prazos, pedidos emergenciais, encaixes e recusas. Ocorreu, ainda, o lançamento do programa Copa Melhoría Continua para aprimorar a eficiência operacional. A Copa Energia expandiu a gestão de *performance* para áreas operacionais utilizando novas ferramentas, resultando em um aumento significativo no monitoramento de indicadores e na tomada de decisões baseadas em dados.

4.3 Meio Ambiente - QSMS 2024

A Copa Energia vem atuando na construção da Cultura de Qualidade em seus processos e atividades, suportados por uma estrutura robusta de Políticas, Normas e Procedimentos. Nas unidades operacionais o processo de envase possui pontos de controle de qualidade, que asseguram o atendimento dos requisitos das partes interessadas, com atuação na segregação para retrabalho, bem como na definição de planos de ação e determinação de causa raiz das não conformidades apontadas pelas revendas, por partes de clientes industriais, comerciais e oriundas de consumidores finais.

Taxa Geração de Resíduos Perigosos - (TGRP)

A redução da geração de resíduos perigosos, como borra de tinta e materiais contaminados com óleo, é essencial para mitigar impactos ambientais e otimizar custos. Do ponto de vista ambiental, a minimização desses resíduos contribui para a preservação dos recursos naturais, evita a contaminação do solo e da água, e reduz a emissão de poluentes. Financeiramente, a gestão eficiente desses materiais reduz despesas com transporte, tratamento e destinação final, além de minimizar riscos de passivos ambientais e sanções regulatórias. Na Copa Energia, o controle e monitoramento da geração de resíduos perigosos fazem parte de nossa estratégia para promover sustentabilidade e competitividade. Como resultado, observamos uma tendência de redução no volume desses resíduos nos últimos três anos. Em 2024, tínhamos a meta de atingir 154 gramas de resíduos perigosos (borra de tinta e materiais contaminados) por tonelada de GLP e alcançamos o resultado de 147 gramas/ton GLP ou seja, uma redução de 7 gramas, em comparação com a meta anual, e uma redução de 12 gramas por tonelada de GLP em relação ao ano anterior em que o resultado foi de 159 gramas/ton GLP.

Gestão de requisitos legais de saúde, segurança e meio ambiente

A gestão e o monitoramento dos requisitos legais em saúde, segurança e meio ambiente, são essenciais para assegurar a conformidade com a legislação vigente, garantindo segurança jurídica para a empresa. Esse processo reduz o risco de autuações e penalidades, além de contribuir para a melhoria contínua das operações. Além disso, o atendimento a esses requisitos é um pilar essencial para a certificação em normas como ISO 14001 e ISO 45001, reforçando o compromisso da empresa com a sustentabilidade, a segurança dos colaboradores e a responsabilidade socioambiental. Para assegurar a extensão do controle de qualidade, a Copa Energia, por intermédio de sua estrutura de QSMS, atua criteriosamente na homologação de insumos e serviços críticos, na vistoria periódica de prestadores de serviço, em termos de suas instalações e equipamentos, na validação da conformidade societária, fiscal e trabalhista, na aderência das práticas realizadas em relação às normas vigentes.

Na busca pela excelência operacional e pela criação de diferencial competitivo, a Copa Energia mantém a certificação do Sistema de Gestão Integrado no Centro Operativo de Capuava (SP) e na Matriz em 2024. A Companhia foi a primeira no segmento de distribuição de GLP, que alcançou as "Certificações ISO". Regularmente o Centro Operativo é avaliado pelo organismo certificador, para ratificar a aderência de processos e atividades às normas NBR ISO 9001:2015 (Sistema de Gestão da Qualidade), NBR ISO 14001:2015 (Sistema de Gestão Ambiental) e NBR ISO 45001:2018 (Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional).

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

GLP cada vez mais perto do consumidor

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui, hoje, 5.570 municípios, divididos em 27 unidades federativas, deles somente 2,89% não possuem uma revenda legalmente constituída, conforme dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Isto ocorre devido ao tamanho de alguns municípios, os quais não comportam uma revenda autorizada pela ANP e são abastecidos por municípios vizinhos. As distribuidoras de GLP, em parceria com sua rede de revenda, vêm trabalhando, ao longo dos anos, com o objetivo de aumentar ainda mais a capilaridade do GLP junto à sociedade brasileira, abrindo novas revendas em municípios até então não atendidos.

Capilaridade do setor de GLP

A regulação brasileira impede que distribuidoras de GLP utilizem o produto para outros fins que não sejam aquecimento e caldeiras, sob essa ótica existem novas oportunidades com o tema que entrou na pauta do governo em 2024, onde ocorreram debates e propostas de mudanças no Ato Regulatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR), o governo planeja uma revisão deste ato para 2025, o que poderá trazer tanto oportunidades quanto riscos para o setor. Neste cenário, a Copa Energia vem adotando uma postura de apoio a algumas dessas mudanças, para ampliar a utilização deste energético mais limpo e trazendo também taxas de retorno mais adequadas.

Lucro líquido +R\$ 885,9 milhões ↑ 69,3% vs 2023 (+R\$ 523,3 milhões)	Lucro Líquido: o expressivo crescimento do lucro teve como um dos principais motivos o reconhecimento de outras receitas não recorrentes, bem como a redução das despesas financeiras, além da eficiente gestão dos recursos.
JCP (Juros sobre Capital Próprio) R\$ 196,1 milhões em 2024	JCP e Distribuição de Dividendos obrigatórios: para fins do cálculo do dividendo mínimo obrigatório, os juros sobre capital próprio são considerados líquidos do imposto de renda retido na fonte.
Dividendos Obrigatórios R\$ 34,2 milhões em 2024	Aumento do Capital Social: aumento do capital social da companhia de R\$ 435.588 para R\$ 697.445, mediante a capitalização de parte do saldo da Reserva de Retenção de Lucros R\$ 261.857. As novas ações emitidas pela companhia foram subscritas por seus acionistas na proporção das ações possuídas na data.
ROE (Return On Equity) 30,7% ↑ 7,9 p.p. vs 2023 (22,8%)	

5.1 Resultados e principais indicadores

A Copa Energia apresenta a seguir um resumo dos principais números e indicadores de 2024.

Resultados (R\$ milhões)	2024	2023	2022
Volume vendido total (em tonelagem mil)	1.850,7	1.798,5	1.821,1
Receita líquida das vendas	10.909,5	10.274,6	11.741,1
Lucro Bruto (LB)	2.331,0	2.278,7	1.824,5
Lucro Líquido (LL)	885,9	523,3	300,1
Ebitda	1.543,7	1.119,5	890,8
Margens			
Margem Líquida	8,1%	5,1%	2,6%
Margem Ebitda	14,1%	10,9%	7,6%
Dados Financeiros (R\$ milhões)			
Ativo Total (AT)	5.908,2	5.419,8	5.231,1
Patrimônio Líquido (PL)	2.884,4	2.298,0	1.931,5
Investimento de Capital (CAPEX)	326,9	279,7	130,1
Indicadores de Produtividade			
Colaboradores (nº)	3.956	4.020	3.755
Lucro Líquido por colaborador (R\$ mil)	223,9	130,2	79,9
Ativo por colaborador (R\$ mil)	1.493,5	1.348,2	1.393,1
Return on Equity (ROE)	30,7%	22,8%	15,5%

Receita líquida de vendas

Em 2024, a receita líquida de vendas totalizou R\$ 10.909,5 milhões, apresentando um aumento de 6,2% em relação ao ano anterior (R\$ 10.274,6 milhões em 2023). O volume de GLP comercializado atingiu 1.850,7 mil toneladas, superando em 2,9% o volume de 2023 (1.798,5 mil toneladas). Esse crescimento, apesar do cenário econômico ainda desafiador, indica uma retomada do desempenho comercial superando inclusive o volume de 2022.

Custo dos produtos e serviços vendidos

O custo dos produtos e serviços vendidos em 2024 totalizou R\$ 8.578,4 milhões, aumento de 7,3% em relação aos custos de 2023 (R\$ 7.995,9 milhões), reflexo da política de preços de combustíveis praticada pela Petrobras em todo mercado ao longo do ano de 2024.

Receitas e despesas operacionais

As receitas e despesas operacionais totalizaram R\$ 962,9 milhões em 2024, uma redução de 27,3% em relação ao ano anterior, quando atingiram a casa dos R\$ 1.325,3 milhões. O motivo desta redução foi uma receita não recorrente referente a Lei complementar LC 192 e posteriormente LC 194, que disciplinou a redução à alíquota zero de PIS/COFINS incidente sobre GLP e demais combustíveis, com os créditos mantidos até 21/09/2022. Em 2024, essas despesas corresponderam a 8,8% da receita líquida de vendas, ou seja, os esforços contínuos da Administração da Copa Energia para diminuir despesas surtiram efeito tanto em valores absolutos quanto em termos de eficiência operacional, uma vez que o indicador despesa x receita de 2023 foi de 12,9%, 4,1 p.p. superior ao registrado no último exercício.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido da Copa Energia foi de R\$ 196,4 milhões em 2024, o que significa uma despesa líquida 25,5% inferior à registrada no ano anterior. O resultado reflete, principalmente, uma queda de R\$ 65,6 milhões nos juros pagos sobre debêntures em relação a 2023.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O valor apurado foi R\$ 290,0 milhões, o que corresponde a uma alíquota efetiva de 24,7% do lucro antes dos impostos. O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os benefícios dos incentivos fiscais (SUDENE).

Ebitda

Em 2024, o lucro antes do resultado financeiro líquido, dos tributos sobre o lucro e da depreciação e amortização - Ebitda, atingiu R\$ 1.543,7 milhões, representando 14,1% da receita líquida de vendas.

Em R\$ milhões	2024	2023	2022
Lucro Líquido (LL)	885,9	523,3	300,1
Resultados Financeiros Líquidos	196,4	263,8	309,6
IR+CS (Corrente e Diferido)	290,0	170,5	126,8
Depreciação e Amortização	171,3	161,9	154,3
Ebitda*	1.543,7	1.119,5	890,8

* Calculado conforme Resolução CVM 156/2022 que revoga Instrução CVM 527/2012

Demonstração do valor adicionado

A Copa Energia em 2024 registrou aumento de 37,0% no valor adicionado a distribuir (R\$ 2.048,5 milhões) em relação a 2023 (R\$ 1.495,7 milhões).

Valor Adicionado em R\$ milhões	2024	2023	2022
Receitas	10.937,2	10.314,6	11.834,3
Insumos adquiridos de terceiros	(8.983,7)	(8.407,1)	(10.158,8)
Valor Adicionado Bruto	1.953,5	1.907,5	1.675,4
Retenções (depreciação e amortizações)	(171,3)	(161,9)	(154,3)
Valor Adicionado Líquido	1.782,1	1.745,6	1.521,2
Recebido em transferência	266,4	(249,8)	(230,4)
Valor Adicionado a Distribuir	2.048,5	1.495,7	1.290,7

Distribuição do Valor Adicionado	2024	2023	2022			
Colaboradores	700,4	34,2%	603,2	40,3%	648,8	50,3%
Governo	431,9	21,1%	325,7	21,8%	275,9	21,4%
Terceiros	30,4	1,5%	43,6	2,9%	65,9	5,1%
Acionistas	230,3	11,2%	200,0	13,4%	65,9	5,1%
Lucros Retidos	655,6	32,0%	323,3	21,6%	234,3	18,1%
Valor Adicionado Distribuído	2.048,5	100,0%	1.495,7	100,0%	1.290,7	100,0%

conforme CPC 09 rev14

De cada R\$ 1,00 de receita obtida pela Copa Energia no ano, R\$ 0,19 foi distribuído (aumento de 29,2% em relação a 2023) entre diferentes *stakeholders*: empregados e administradores (remuneração e benefícios); governo (tributos); terceiros (juros pagos a instituições financeiras e alugueis); acionistas (dividendos); e retidos na forma de reservas de parte do lucro do exercício, conforme estabelecido pelos artigos 193 (reserva legal) e 196 (retenção de lucros) da Lei 6.404/1976.

Endividamento líquido

A gestão de capital da Copa Energia tem como objetivo a manutenção de sua estrutura de capital em níveis adequados, visando a continuidade do seu negócio e o aumento de valor para os acionistas.

O endividamento líquido calculado por meio da soma do endividamento de curto e de longo prazo, subtraído de caixa e equivalentes de caixa, totaliza R\$ 968,7 milhões. O saldo da dívida bruta, ao final do exercício de 2024, ficou em R\$ 1,5 bilhão, uma redução de 15,0% em relação ao saldo de 2023.

Atualmente, o endividamento da Copa Energia é composto de 97% em debêntures e 3% em operação de capital de giro e Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO).

Endividamento Líquido em R\$ milhões	2024	2023	2022
Empréstimos e financiamentos curto prazo	235,3	291,5	356,1
Empréstimos e financiamentos longo prazo	1.321,5	1.540,8	1.751,7
Dívida Bruta	1.556,8	1.832,4	2.107,8
Caixa e equivalentes de caixa	(588,1)	(522,7)	(275,0)
Dívida Líquida	968,7	1.309,6	1.832,8
Endividamento líquido/Ebitda	0,6	1,2	2,1
Endividamento líquido/PL	33,6%	57,0%	94,9%

Fluxo de caixa

A Copa Energia encerrou o ano de 2024 com R\$ 588 milhões de saldo de caixa, destaque para Receita Operacional aproximadamente de R\$ 11 bilhões. Custo na aquisição do Gás no valor de R\$ 7,7 bilhões, amortização de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures em R\$ 500 milhões, JCP (dividendos) de 2023 pago em 2024 de R\$ 200 milhões (bruto) e líquido saído do caixa foi de R\$ 170 milhões.

6. INVESTIMENTOS

6.1 CAPEX

Em 2024, o montante de investimentos de Capital (CAPEX) realizado na Copa Energia foi de R\$ 326,9 milhões, distribuídos conforme os agrupamentos abaixo:

- Desenvolvimento de parcerias estratégicas para projetos que envolvem novos usos do GLP, novas tecnologias visando conectividade e aplicações de IA para os centros operativos e clientes e melhorias na planta Purogas.
- Equipamentos de transporte relacionados à frota operacional, para substituição, renovação ou aumento da frota caminhões.
- Garantir a distribuição de GLP por meio da reposição e do aumento no número de botijões.
- Hardwares, softwares* e desenvolvimento de novos sistemas e/ou repos



COPA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Apresentamos abaixo um resumo das informações contábeis da controlada, coligadas e joint venture.

	Total do Ativo	Total do Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo)
Investidas em 2024				
Controlada				
CTG - CIA de Transporte de Gás S.A.	14.873	6.563	8.310	(2.988)
Coligadas e joint venture				
Utingás Armazenadora S.A.	46.681	3.351	43.330	10.319
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	4.017	893	3.124	2.010
Metalúrgica Plus S.A.	9	1.054	(1.045)	(276)
OT Gás Nordeste S.A.	-	-	930	-
Investidas em 2023				
Coligadas				
Utingás Armazenadora S.A.	50.291	3.150	47.141	10.074
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	2.097	607	1.490	376
Metalúrgica Plus S.A.	5	774	(769)	(298)

8.4. Combinação de negócios

Aquisição da empresa CTG - Companhia de Transporte de Gás S.A.

Em 01 de abril de 2024, a Companhia concluiu a compra de 100% da participação societária da CTG com transferência de controle, operação enquadrada como combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R1).

A CTG é uma empresa especializada na distribuição e comercialização de gás natural e biometano em regiões sem a infraestrutura de redes de distribuição de gás natural, através da tecnologia de gasoduto virtual, utilizando Gás Natural Comprimido e Gás Natural Liquefeito. Essa tecnologia é baseada na compressão, transporte por caminhões e decompressão desses gases.

O ativo de R\$ 5.853 gerado na aquisição compete a base adjuvada de clientes e a economia de escala esperada da combinação das operações da Companhia e da CTG. Não se espera que o ativo reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda.

A Companhia contratou avaliador independente para elaboração de laudo de avaliação de valor justo para os ativos e passivos adquiridos.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga e os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificados na data da aquisição:

	Valor contábil	Ajuste	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	743	-	743
Cortias a receber	1.547	-	1.547
Tributos a recuperar	1.025	-	1.025
Outros ativos	1.047	-	1.047
Imobilizado (iii)	8.613	10.208	18.821
Intangível (iii)	2	5.338	5.340
Ativo total	12.977	15.546	28.523
Fornecedores	451	-	451
Empréstimos e financiamentos	368	-	368
Obrigações fiscais	5.908	-	5.908
Obrigações sociais e trabalhistas	344	-	344
Outros passivos	608	(69)	539
Passivo total	7.679	(69)	7.610
Total - Ativos identificáveis líquidos			20.913
Preço de aquisição (i)			26.766
Ágio gerado (ii)			5.853

(i) Preço de aquisição: em abril concluímos a compra pelo valor total de aproximadamente R\$ 26.766, sendo: R\$ 25.000 parcela à vista na data da aquisição e R\$ 1.766 parcela a prazo "HoldBack" (referente ao valor justo da parcela a prazo a ser paga em 72 meses após a conclusão da transação). O valor foi reconhecido em outros passivos;

(ii) **Ágio por expectativa de rentabilidade futura:** o valor de R\$ 5.853 foi reconhecido na investida CTG como investimento e no Consolidado como intangível (Nota explicativa nº 10);

(iii) **Mais/Menos-valias identificadas:** o valor justo do imobilizado de R\$ 10.208 e do intangível - relacionamento com clientes de R\$ 5.407 foram mensurados, respectivamente, pelos métodos "Relief-from-Royalty", "Multi-Period Excess Earnings Method" e "With or Without", baseiam-se no valor presente dos fluxos de caixa que o ativo avaliado deverá gerar no futuro. As taxas de descontos, foram obtidas através de estimativas com base na experiência e base de dados da consultoria contratada para elaboração do laudo. O valor foi reconhecido na investida CTG como investimento e no Consolidado como imobilizado e intangível (Notas explicativas nº 9 e nº 10).

A compra da CTG ocorreu em 01 de abril de 2024 e a conclusão da transação está prevista para ocorrer até março de 2025, durante o período de mensuração da combinação de negócios, o valor da transação poderá ser ajustado para complementar o reconhecimento inicial.

Política contábil

Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação é mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou instrumentos de patrimônio os quais são apresentados como reduções da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente.

O ágio mensurado corresponde ao excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ganho na compra vantajosa), a diferença será reconhecida imediatamente no resultado. O ágio apurado numa transação de combinação de negócios é testado anualmente para avaliação de perda por redução do valor recuperável ou quando o indicador de impairment é identificado.

Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação pertencente à Companhia, pela diferença entre os valores contábeis registrados na empresa negociada e seu valor justo apurado (Mais Valia dos ativos) e estes são amortizados, se aplicável.

Investimentos societários

São reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados, subsequentemente, pelo método de equivalência patrimonial. Adicionalmente, estes investimentos podem incluir o montante de ágio (goodwill) identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulado.

Quando a participação da Companhia nas perdas de uma investida for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia reconhece perdas adicionais até o montante dos seus investimentos. Os dividendos recebidos são reconhecidos como redução do valor dos respectivos investimentos.

9. IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
Ativo imobilizado	1.753.644	1.634.261	1.769.256
Ativo direito de uso	166.813	199.381	167.719
Total	1.920.457	1.833.642	1.936.975

9.1. Movimentação do imobilizado

	Controladora											
	Saldo			Perdas			Saldo			Acumulado		
	2023	Adições	Depreciação	Baixas	Estimadas (ii)	Transferência (i)	2024	Custo	Depreciação	2023	Custo	Depreciação
Terrenos e edificações	565.994	10.969	(14.380)	(5.209)	(4.524)	11.436	564.286	689.918	(125.632)			
Instalações e equipamentos	930.884	226.593	(73.749)	(65.800)	(8.458)	47.037	1.056.507	1.844.520	(788.013)			
Veículos	4.202	45	(1.060)	(471)	-	-	2.716	36.092	(33.376)			
Móveis e utensílios	18.640	13.855	(5.045)	(220)	-	-	27.230	78.072	(50.842)			
Obras em andamento (i)	68.671	49.405	-	(764)	-	(58.573)	58.739	58.739	-			
Benefetorias em terceiros	45.870	-	(1.704)	-	-	-	44.166	70.505	(26.339)			
Total	1.634.261	300.867	(95.938)	(72.464)	(12.982)	(100)	1.753.644	2.777.846	(1.024.202)			

(i) O grupo imobilizado em andamento é composto, principalmente, por obras de modernização das filiais de Belém (PA) e Canoas (RS).

(ii) Contempla baixas por perda decorrente de incêndio na filial Belém (PA) de R\$ 10.969 e perda por enchente da filial Canoas (RS) de R\$ 5.297, sendo as demais baixas sucatas e vendas.

(iii) Perda por impairment no valor de R\$ 12.982 sendo: R\$ 8.840 de tanques estacionários, reversão de R\$ 382 de recipientes transportáveis e R\$ 4.524 de terrenos, cujo valor recuperável é menor que o valor contábil.

(*) Transferência entre o imobilizado e o intangível.

	Controladora											
	Saldo			Perdas			Saldo			Acumulado		
	2022	Adições	Depreciação	Baixas	Estimadas (i)	Transferência (*)	2023	Custo	Depreciação	2022	Custo	Depreciação
Terrenos e edificações	647.100	3.622	(14.193)	(4.547)	(48.517)	(17.471)	565.994	679.130	(113.136)			
Instalações e equipamentos	766.275	184.596	(68.297)	(31.948)	(3.579)	83.837	930.884	1.666.277	(735.393)			
Veículos	4.509	1.026	(1.153)	(180)	-	-	4.202	37.978	(33.776)			
Móveis e utensílios	20.439	5.768	(6.818)	(3.681)	-	-	2.932	18.640	66.391			
Obras em andamento	152.520	60.101	-	(57)	-	(143.893)	68.671	68.671	-			
Benefetorias em terceiros	42.096	-	(2.063)	(63)	-	-	5.900	45.870	70.603			
Total	1.632.939	255.113	(92.524)	(40.476)	(52.096)	(68.695)	1.634.261	2.589.050	(954.789)			

(i) Perda por impairment no valor de R\$ 48.517 referente a terrenos cujo valor recuperável é menor que o valor contábil.

(*) Transferência de imobilizado para o grupo Ativo não circulante disponível para venda RS 72.280 (residual de R\$ 69.040), sendo R\$ 68.078 de terrenos, R\$ 3.780 de edificações, R\$ 414 de instalações industriais e R\$ 8 de móveis e utensílios. A Companhia avaliou o imobilizado pelo valor recuperável que está superior ao valor contábil, portanto, não houve ajuste.

	Consolidado											
	Saldo			Perdas			Saldo			Acumulado		
	2023	Adições	Aquisição Mais Valia CTG	Depreciação	Baixas estimadas	Transferência (*)	2024	Custo	Depreciação	2023	Custo	Depreciação
Terrenos e edificações	565.994	10.969	1.741	5.680	(15.558)	(5.209)	(4.524)	11.436	570.529	701.488		(130.959)
Instalações e equipamentos	930.884	226.593	6.205	2.692	(75.314)	(65.800)	(8.458)	47.037	1.063.839	1.867.465		(803.626)
Veículos	4.202	45	403	1.836	(1.530)	(471)	-	-	4.485	41.082		(36.597)
Móveis e utensílios	18.640	13.861	4	-	(5.047)	(220)	-	-	27.238	78.150		(50.912)
Obras em andamento	68.671	49.405	260	-	-	(764)	-	(58.573)	58.999	58.999		-
Benefetorias em terceiros	45.870	-	-	-	(1.704)	-	-	-	44.166	70.505		(26.339)
Total	1.634.261	300.873	8.613	10.208	(99.153)	(72.464)	(12.982)	(100)	1.769.256	2.817.689		(1.048.433)

(*) Transferência entre o imobilizado e o intangível.

9.2. Movimentação do ativo direito de uso

	Controladora											
	Saldo			Transferência			Saldo			Acumulado		
	2023	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência (*)	2024	Custo	Depreciação	2023	Custo	Depreciação	
Edificações	94.365	8.810	(11.659)	(1.356)	(2)	90.158	128.636	(38.480)				
Veículos	78.574	4.952	(27.914)	(111)	-	55.501	135.365	(79.864)				
Equipamentos industriais	21.308	-	(156)	-	-	21.152	45.938	(24.786)				
Computadores e equipamentos	5.134	-	(5.132)	-	-	2	6.039	(6.037)				
Total	199.381	13.762	(44.861)	(1.467)	(2)	166.813	315.980	(149.167)				

	Controladora											
	Saldo			Transferência			Saldo			Acumulado		
	2022	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência (*)	2023	Custo	Depreciação	2022	Custo	Depreciação	
Edificações	96.186	11.330	(10.872)	(4.522)	2.243	94.365	124.768	(30.403)				
Veículos	100.628	9.375	(28.175)	(225)	(3.029)	78.574	134.309	(55.735)				
Equipamentos industriais	25.272	1.281	(6.031)	-	786	21.308	45.938	(24.630)				
Computadores e equipamentos	5.142	-	(7)	(1)	-	5.134	6.487	(1.353)				
Total	227.228	21.986	(45.085)	(4.748)	(2)	199.381	311.502	(112.121)				

	Consolidado											
	Saldo			Transferência			Saldo			Acumulado		
	2023	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência (*)	2024	Custo	Depreciação	2023	Custo	Depreciação	
Edificações	94.365	9.897	(11.840)	(1.356)	(2)	91.064	129.725	(38.661)				
Veículos	78.574	4.952	(27.914)	(111)	-	55.501	135.365	(79.864)				
Equipamentos industriais	21.308	-	(156)	-	-	21.152	45.938	(24.786)				
Computadores e equipamentos	5.134	-	(5.132)	-	-	2	6.039	(6.037)				
Total	199.381	14.849	(45.042)	(1.467)	(2)	167.719	317.067	(149.348)				

(*) Transferência entre o imobilizado e o intangível.

Política contábil

Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico (aquisição ou construção), deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Os custos de aquisição e/ou construção envolvem todos os gastos que são diretamente atribuíveis para colocar os ativos no local e na condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração (incluindo os encargos financeiros, quando aplicáveis).

Os custos de manutenção dos recipientes transportáveis são tratados como despesas quando incorridos, pois não é possível a identificação do ativo para a correta alocação deste custo ao bem.

Os custos de manutenção e requalificação de tanques e recipientes estacionários são alocados aos ativos, pois aumentam a vida útil do bem. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesa.

Os ganhos e perdas na baixa ou alienação de um item do imobilizado, são reconhecidos no resultado na rubrica de outras receitas/despesas.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão descritas abaixo:

- Edificações 2% a 4% ao ano
- Instalações e equipamentos 2% a 20% ao ano
- Veículos 5% a 33,33% ao ano
- Móveis e utensílios 3,33% a 33,33% ao ano
- Benefetorias em terceiros 10% ao ano

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

No segmento de distribuição de GLP é comum a realização de cessão de recipientes transportáveis e outros equipamentos necessários à armazenagem e consumo do GLP. São celebrados contratos de cessão de uso destes ativos e marcas com os revendedores que comercializam os produtos da Companhia. Como estes bens são retornáveis, a depreciação é feita com base na vida útil econômica.

A vida útil e o valor residual são revisados anualmente. Esta revisão considera indicadores técnicos definidos pelos fabricantes, a manutenção e a forma de utilização destes bens, entre outros fatores que podem influir nesta avaliação. Também é avaliada a existência de qualquer nova ocorrência que justifique a alteração das premissas utilizadas até então, para o estabelecimento da vida útil e do valor residual dos bens.



COPA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os arrendamentos incluem, principalmente, edificações, cessão de uso onerosa, terrenos e veículos.

Ano	Controladora		
	Valor presente líquido	Juros embutidos (futuros)	Valor de prestações não descontadas
2025	49.840	13.970	63.810
2026	37.841	11.170	49.011
2027	23.711	8.901	32.612
2028	8.787	7.951	16.738
2029	1.896	7.577	9.473
2030	1.890	7.449	9.339
2031 em diante	72.586	144.779	217.365
Total	196.551	201.797	398.348

Ano	Consolidado		
	Valor presente líquido	Juros embutidos (futuros)	Valor de prestações não descontadas
2025	50.042	14.027	64.069
2026	38.056	11.214	49.270
2027	23.940	8.929	32.869
2028	9.033	7.963	16.996
2029	1.939	7.577	9.516
2030	1.890	7.449	9.339
2031 em diante	72.586	144.779	217.365
Total	197.486	201.938	399.424

Fluxo de caixa
 Contraprestação do arrendamento sem direito ao crédito de PIS e COFINS
 Contraprestação do arrendamento com direito ao crédito de PIS e COFINS
 PIS (1,65%) e COFINS (7,6%) potencial

Fluxo de caixa
 Contraprestação do arrendamento sem direito ao crédito de PIS e COFINS
 Contraprestação do arrendamento com direito ao crédito de PIS e COFINS
 PIS (1,65%) e COFINS (7,6%) potencial

✓ **Política contábil**
 A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração do ativo de direito de uso depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo ao arrendatário, ao término do contrato ou pela opção de compra.

Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O ativo de direito de uso é depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo ao arrendatário, ao término do contrato ou pela opção de compra.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental (Nota explicativa nº 13).

✓ **Estimativas e julgamentos contábeis relevantes**
 Os pagamentos dos arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não puder ser determinada, é utilizada a taxa incremental de empréstimo da Companhia.

A taxa incremental utilizada na Companhia corresponde às taxas referenciais de mercado, ajustada pelo *rating* divulgado pela *Standard & Pooors* relativo à classificação de risco atribuída ao país.

A média das taxas incrementais utilizadas para descontos dos fluxos de pagamentos durante o exercício de 2024 foi de 7,73% ao ano (exercício de 2023 foi de 7,61% ao ano).

14. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Salários e encargos sociais	15.104	15.258	15.104	15.104
Provisão de férias	59.784	61.610	60.359	60.359
Participação de empregados	15.730	15.893	15.730	15.730
Participação de gestores (ICP)	18.503	29.805	18.503	18.503
Plano de incentivo de longo prazo (ILP)	127.604	130.335	127.604	127.604
Total	236.725	252.901	237.300	237.300

Passivo circulante
Passivo não circulante
 A participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação em vigor, ocorre baseada em Convenção Coletiva de Trabalho, pactuada entre o sindicato da categoria econômica e as entidades sindicais.

O Incentivo de Curto Prazo (ICP) foi instituído pela Companhia e estabeleceu um reconhecimento financeiro para o corpo Gerencial/Executivo baseado no atingimento dos objetivos estratégicos e metas individuais.

O Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) foi instituído pela Companhia e estabeleceu um incentivo financeiro para os executivos (estatutários ou não estatutários) de presidente, vice-presidente ou diretor da Companhia baseado no atingimento de metas.

15. PARTES RELACIONADAS

A Companhia realiza transações com partes relacionadas com base nos princípios de orientação na celebração e divulgação de transações dessa natureza e em situações em que possa existir potencial conflito de interesses, de forma a assegurar os interesses da Companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa. As transações com partes relacionadas decorrem do andamento normal das operações e foram realizadas a preços, prazos e condições usuais de mercado.

15.1. Saldos e transações com partes relacionadas

Empresas	MS Administração e Participações S.A.		Itaúsa S.A.		NHL Requalificadora de Vasilhames para GLP Ltda.		Transtodogaz Locação e Transporte Rodoviário de Cargas Ltda.		Itaú Unibanco S.A.		Outras	Saldos	Saldos
	Controladora	Acionista não controlador	Controladora em conjunto indireta	Controlada em conjunto indireta	Controlada em conjunto da Itaúsa S.A.	Coligadas	2024	2023					
Tipo de relação													
Ativo circulante													
Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	146.072	-	146.072	82.237	-
Contas a receber	-	-	-	-	1	-	-	-	-	18	19	292	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	5.721	5.721	5.721	5.726	-
Passivo circulante													
Fornecedores	-	-	-	3.777	-	4.101	-	-	1.919	1.438	11.235	16.837	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	120.028	-	120.028	120.082	-
Dividendos e JCP	102.601	98.286	-	-	-	-	-	-	-	-	200.887	122.241	-
Passivo não circulante													
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	673.528	-	673.528	788.234	-
Transações													
Receita de vendas	-	-	-	200	-	-	-	-	2.032	2.232	3.149	-	-
Serviços de frete	-	-	-	-	-	(26.007)	-	-	-	(26.007)	(20.980)	-	-
Serviços de requalificação de recipientes	-	-	-	-	-	(24.234)	-	-	-	(22)	(24.256)	(19.971)	-
Serviço de armazenagem e envasamento	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.134)	(12.134)	(9.947)	-	-
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	(97.700)	(31)	(97.731)	(129.707)	-
Outras operações	-	-	-	-	-	42	(2.318)	-	(2.635)	(4.911)	(3.991)	-	-

15.2. Remuneração da administração da Companhia

	2024		2023	
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho de Administração
Salários	25.224	-	25.224	16.238
Honorários	31.680	2.223	33.903	11.312
Encargos	12.429	751	13.180	4.455
Benefícios	1.514	111	1.625	1.421
Previdência complementar	-	-	-	28
Remuneração total - pagamento realizado	70.847	3.085	73.932	33.454
Número de membros	17	8	25	14

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ("IRPJ e CSLL")

	Controladora		Passivo circulante	
	2024	2023	2024	2023
Impostos sobre o lucro				
IRPJ a recuperar	1.096	3.984	22.159	10.527
CSLL a recuperar/a pagar	288	14	4.345	4.027
Total	1.384	3.998	26.504	14.554

	Consolidado		Passivo circulante	
	2024	2023	2024	2023
Impostos sobre o lucro				
IRPJ a recuperar	1.596	3.984	22.159	10.629
CSLL a recuperar/a pagar	463	14	4.345	5.699
Total	2.059	3.998	26.504	16.328

O saldo de R\$ 26.504 em 2024 corresponde a:
 • R\$ 15.703 IRPJ e CSLL pagas a maior, decorrente da exclusão da SELIC da base de cálculo dos anos de 2018 a 2020;
 • R\$ 4.947 saldo negativo do IRPJ dos anos de 2022 e 2023;
 • R\$ 5.854 de IRPJ pago a maior oriundo do recálculo de incentivos fiscais da SUDENE deferidos em 2024 retroativos a 2023.

A Companhia tem expectativa de compensar esses créditos no primeiro semestre de 2026.

16.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Provisão para plano de assistência médica	44.039	28.766	44.039	44.039
Perdas de crédito esperadas - PCE	17.290	11.792	17.290	17.290
Participação nos lucros ou resultados - gestores	34.357	37.509	34.357	34.357
Provisão para perdas no ativo imobilizado	22.960	18.546	22.960	22.960
Mais Valia de ativos	27.468	31.525	27.468	27.468
Provisão para contingências	29.695	20.517	29.695	29.695
IRPJ s/prejuízo fiscal e CSLL s/base negativa	-	20.842	1.035	1.035
Outros	26.993	33.493	27.003	27.003
Subtotal ativos	202.802	202.990	203.847	203.847
Desapropriação de imóvel	(1.135)	(1.187)	(1.135)	(1.135)
Atualização de depósito judicial	(10.413)	(10.016)	(10.413)	(10.413)
Ganho avaliação a valor justo relativo à permuta de participações	(65.220)	(67.552)	(65.220)	(65.220)
Ágio rentabilidade futura	(188.967)	(98.853)	(188.967)	(188.967)
Depreciação vida útil x depreciação fiscal	(149.433)	(130.081)	(149.527)	(149.527)
Subtotal passivos	(415.168)	(307.689)	(415.262)	(415.262)
Total (*)	(212.366)	(104.699)	(211.415)	(211.415)

(*) Os valores do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão sendo apresentados com base na compensação de ativo e passivo. Com base no Plano de Negócio, a Companhia realizou avaliação da geração de lucro futuro tributável e não identificou a necessidade de realizar ajuste sobre o imposto de renda e contribuição social diferidos.

16.2. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
No início do exercício	(104.699)	7.101	(104.699)	(104.699)
Reconhecimento no resultado	(114.408)	(118.468)	(113.457)	(113.457)
Reconhecimento em outros resultados abrangentes	6.741	6.668	6.741	6.741
No fim do exercício	(212.366)	(104.699)	(211.415)	(211.415)

16.3. Despesas de imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais, que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes dos impostos	1.176.862	693.732	1.175.912	1.175.912
Imposto de renda e contribuição social as alíquotas nominais (34%)	(400.133)	(235.868)	(399.810)	(399.810)
Ajustes para apuração pela alíquota efetiva:				
- Juros sobre capital próprio	66.692	68.000	66.692	66.692
- Exclusões permanentes, líquidas	(4.687)	(18.299)	(5.076)	(5.076)
- Resultado da equivalência patrimonial	428	1.417	1.444	1.444
- Incentivos fiscais	9.068	3.435	9.068	9.068
- IRPJ - Incentivo fiscal de redução (lucro da exploração) e reinvestimento	37.669	10.857	37.669	37.669
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(290.963)	(170.458)	(290.013)	(290.013)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(176.555)	(51.990)	(176.555)	(176.555)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(114.408)	(118.468)	(113.458)	(113.458)
Total	(290.963)	(170.458)	(290.013)	(290.013)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	24,72%	24,57%	24,66%	24,66%

✓ **Política contábil**
 O imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil (base anual) para o IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para a CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado exceto a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. São apresentados líquidos, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos em relação ao prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias ativas e passivas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

✓ **Estimativas e julgamentos contábeis relevantes**
 A Companhia aplica a interpretação técnica ICP 22, que trata da contabilização dos tributos sobre o lucro quando existir incerteza sobre a aceitabilidade de certo tratamento tributário. Caso a entidade concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade reflete o efeito da incerteza na determinação do lucro tributável.

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações contábeis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas dos lucros tributáveis futuros contidas no Plano de Negócios para a Companhia, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração. O tributo diferido passivo é reconhecido integralmente.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O compromisso da Companhia relacionado à assistência médica (extensão de 18 a 24 meses) é estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho resultante da negociação sindical com os empregados do segmento de distribuição de GLP e atende aposentados e seus dependentes legais. Para aposentados até o ano 1998 o benefício é vitalício.

O plano de assistência médica patrocinado pela Companhia não possui ativo líquido constituído.

17.1. Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
No início do exercício	84.607	180.862
(+) Despesa de juros	9.879	11.644
(+) Despesa de serviço corrente	3.229	1.065
(+/-) Custo de serviço passado (*)	22.649	(117.773)
(-) Benefícios pagos	(10.664)	(10.804)
(-) Perda atuarial sobre obrigação (**)	19.826	19.613
No fim do exercício	129.526	84.607
Passivo circulante	23.844	6.195
Passivo não circulante	105.682	78.412



COPA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Descrição dos principais processos de natureza trabalhista

Partes: Ex-Gerente de Vendas x Copa Energia
Objeto: Pagamento de verbas trabalhistas (horas extras, diferenças salariais/comissões, indenizações por estabilidade pré-aposentadoria, plano de saúde, adicional de transferência e dano moral). Andamento: Sentença parcialmente procedente (horas extras). Interposto recurso de revista e aguardando julgamento.

Partes: Motorista x Liqüigás
Objeto: Horas extras, adicional noturno, além de reintegração por estabilidade pré-aposentadoria. Andamento: TST abrangeu na condenação verbas prescritas. Interposto recurso e aguardando julgamento.

Partes: Fazenda Nacional x Copagaz
Objeto: Auto de infração visando a cobrança de IRPJ e CSLL (ano-calendário de 2008), pela desconsideração de operações societárias realizadas em 09/2004. Andamento: Aguarda-se julgamento de Embargos de Declaração contra a decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

Partes: Secretaria da Receita Federal do Brasil x Copagaz
Objeto: -50- processos administrativos originados da não homologação de compensações com créditos de PIS e COFINS. Andamento: Aguarda-se julgamento dos Recursos Voluntários para 22 processos e julgamento de Manifestação de Inconformidade para os demais.

Partes: Estado de Goiás x Liqüigás
Objeto: Execução fiscal visando a cobrança de créditos constituídos em processos administrativos fiscais – auto de infração de ICMS. Andamento: Encerramento da ação anulando os débitos discutidos, bem como deferindo a liberação de eventuais penhoras e devolução de garantias apresentadas.

Partes: Secretaria da Receita Federal do Brasil x Liqüigás
Objeto: Processo de habilitação de crédito PERD/COMP não homologado - FINSOCIAL. Andamento: Aguarda-se julgamento de Recurso Voluntário.

Partes: Receita Federal do Brasil x Liqüigás
Objeto: Autos de infração para cobrança de IRPJ e CSLL em decorrência do suposto aproveitamento indevido de ágio relacionado à aquisição da Agjo do Brasil S.A. pela Petrobras Distribuidora S.A. Andamento: Anulação integral do auto de infração, após julgando procedente o recurso da Liqüigás.

Partes: Fazenda Nacional x Liqüigás
Objeto: Execução Fiscal para cobrança de contribuição previdenciária supostamente incidente sobre pagamentos a segurados e empregados a título de Participação nos Lucros e/ou Resultados, em desconformidade com a Lei nº 10.101/2000. Andamento: Aguarda-se julgamento dos Embargos à Execução.

Partes: Secretaria do Estado do Pará x Liqüigás
Objeto: Execução fiscal proveniente de débito de ICMS. Andamento: Aguarda-se julgamento dos Embargos à Execução Fiscal.

Partes: Secretaria da Receita Federal do Brasil x Liqüigás
Objeto: Processo Administrativo decorrente da não homologação de compensação declarada (IRPJ/CSLL). Andamento: Aguarda-se julgamento de Manifestação de Inconformidade.

Partes: Estado de Goiás x Liqüigás
Objeto: Execução fiscal para a cobrança de supostos débitos de ICMS. Andamento: Aguardando julgamento nos tribunais superiores.

Descrição dos principais processos de natureza cível

Partes: Empresa de logística x Liqüigás
Objeto: Rescisão contratual e indenização por danos materiais a título de perdas e danos. Andamento: Finalizada a pericia mecânica de forma favorável à Companhia. Aguarda-se a prolação de sentença.

Partes: Ministério Público Federal x Liqüigás e outros
Objeto: Declaração de nulidade de propriedade e razão do reconhecimento de área indígena, bem como obrigação de reflorestamento da área. Andamento: Sentença declarando nulo o título de propriedade e condenando os réus de forma solidária na obrigação de reflorestamento da área (cerca de 168 mil hectares). Aguarda-se julgamento de Embargos de Declaração do RE no qual se discute a repercussão geral.

Partes: Revenda de gás x Liqüigás
Objeto: Indenização por danos morais e materiais pela não concretização de promessa de vendas que teriam sido feitas e suspensão do fornecimento de GLP. Andamento: Decisão desfavorável em segunda instância. STJ determinou novo julgamento pelo T/MA que manteve a decisão anterior proferida nos Embargos de Declaração. Companhia deverá recorrer dessa decisão.

Descrição dos principais processos de natureza concorrencial

Partes: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE x Copagaz e Liqüigás e outras distribuidoras congêneres
Objeto: Duas ações anulatórias de decisões proferidas pelo CADE condenando a Copagaz e a Liqüigás ao pagamento de multa no importe equivalente a 1% do faturamento anual, por suposta prática de cartel em 2001. Andamento: Pendente decisão final em recursos que discutem o valor da causa.

Política contábil
Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Provisões para processos trabalhistas, fiscais e cíveis, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e nas melhores estimativas da Administração da Companhia sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço. As atualizações das provisões, bem como as atualizações dos depósitos judiciais efetuados para garantia dos processos em discussão, são apropriadas no resultado financeiro.

Estimativas e julgamentos contábeis relevantes
A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, tributárias, trabalhistas, regulatórias, concorrenciais e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital social

O Capital social está totalmente subscrito e integralizado e é composto por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal conforme demonstrado abaixo. A Assembleia Geral Extraordinária, em 27 de março de 2024, aprovou o aumento do capital social da Companhia de R\$ 435.588 para R\$ 897.445, mediante a capitalização de parte do saldo da Reserva de Retenção de Lucros R\$ 261.857. As novas ações emitidas pela Companhia foram subscritas por seus acionistas na proporção das ações possuídas nesta data.

Acionista em 2024	Quantidade de ações	Valor R\$	Participação
MS Administração e Participações S.A.	288.208.338	397.039.664	51,07%
Itaúsa S.A.	276.087.810	300.405.399	48,93%
Total	564.296.148	697.445.063	100,00%

Acionista em 2023	Quantidade de ações	Valor R\$	Participação
MS Administração e Participações S.A.	179.999.866	263.298.782	51,07%
Itaúsa S.A.	172.430.018	172.288.956	48,93%
Total	352.429.884	435.587.738	100,00%

19.2. Reserva de capital
A reserva de capital é constituída pela diferença (ágio e deságio) entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendo cumulativo a ações ordinárias.

19.3. Reservas de lucros

a) Reserva legal
A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

b) Reserva de retenção de lucros
É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. A aprovação é de competência do Conselho de Administração, conforme previsto no artigo 19 do Estatuto Social da Companhia.

c) Reserva de incentivos fiscais
É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

19.4. Dividendos e juros sobre capital próprio
Ao acionista é garantido um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, conforme artigo 34 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A proposta de dividendos e de juros sobre capital próprio consignada nas demonstrações contábeis da Companhia está sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral.

A movimentação dos dividendos e dos juros sobre capital próprio estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	2024	2023
Lucro líquido do exercício	885.899	523.274
Apropriação		
Reserva legal	(44.295)	(26.164)
Reserva de incentivos fiscais	(38.189)	(8.015)
Reserva de retenção de lucros	(573.109)	(289.097)
Reserva de reavaliação em coligadas	3	2
Lucro básico para determinação dos dividendos	230.309	200.000
Composição dos dividendos e juros sobre o capital próprio		
Dividendo mínimo obrigatório	34.155	-
Juros sobre o capital próprio (*)	196.154	143.813
Juros sobre o capital próprio proposto (*)	-	56.187
Total	230.309	200.000
Dividendos por ações - R\$	0,41	0,57

(*) Para fins do cálculo do dividendo mínimo obrigatório, os juros sobre capital próprio são considerados o valor líquido do imposto de renda retido na fonte.

19.5. Destinação do resultado

	Controladora	
	2024	2023
Lucro líquido do exercício	885.899	523.274
(-) Reserva legal	(44.295)	(26.164)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(38.058)	(8.146)
Base de cálculo para Dividendos/JCP	803.546	488.964
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	200.887	122.241

(*) Em 2024, a Reserva de incentivos fiscais contempla o valor de R\$ 131 referente ao ano de 2023.

Composição em 2024	Data de incidência	Valor por ação		Montante distribuído	
		Bruto	Líquido	Bruto	Líquido
Juros sobre capital próprio	31 de março de 2024	0,05251	0,04463	29.631	25.186
Juros sobre capital próprio	30 de junho de 2024	0,07886	0,06703	44.500	37.825
Juros sobre capital próprio	30 de setembro de 2024	0,07886	0,06703	44.500	37.825
Juros sobre capital próprio	31 de dezembro de 2024	0,11103	0,09438	62.654	53.257
Juros sobre capital próprio	31 de dezembro de 2024	0,02635	0,02240	14.869	12.639
Dividendo mínimo obrigatório	31 de dezembro de 2024	0,06053	0,06053	34.155	34.155
Provisionados		230.309	200.887		
Total		230.309	200.887		

Composição em 2023

	Data de incidência	Valor por ação		Montante distribuído	
		Bruto	Líquido	Bruto	Líquido
Juros sobre capital próprio	31 de março de 2023	0,10041	0,08535	35.389	30.081
Juros sobre capital próprio	30 de maio de 2023	0,10433	0,08868	36.770	31.255
Juros sobre capital próprio	30 de setembro de 2023	0,10527	0,08948	37.102	31.537
Juros sobre capital próprio	31 de dezembro de 2023	0,09804	0,08333	34.552	29.369
Provisionados		143.813	122.241		
Juros sobre capital próprio	31 de dezembro de 2023	0,15943	0,13551	56.187	47.759
Propostos		56.187	47.759		
Total		200.000	170.000		

Política contábil

As distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são feitas com base na participação em termos percentuais e são reconhecidas como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

20. RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as ações da Companhia não possuíam nenhum efeito dilutivo.

	2024	2023
Numerador básico		
Lucro líquido do exercício	885.899	523.274
Denominador básico		
Quantidade média ponderada de ações	564.296.148	352.429.884
Lucro básico por ação - R\$	1,57	1,48

21. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
Receita bruta de produtos e serviços			
Mercado interno	11.133.985	10.486.060	11.142.231
Deduções sobre vendas			
Impostos sobre vendas	(64.464)	(61.661)	(64.464)
Devoluções, abatimentos e comissões	(168.266)	(149.773)	(168.266)
Total	10.901.255	10.274.626	10.909.501

Política contábil

As receitas são reconhecidas no resultado quando todas as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando da entrega dos produtos ou da prestação de serviços, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador/tomador, caracterizando o reconhecimento da receita em um período específico de tempo e sem componente de financiamento significativo.

Vendas de produtos

As receitas com a venda de gás liquefeito de petróleo (GLP) são obtidas através da comercialização do gás adquirido de terceiros. A Companhia opera em dois segmentos distintos, clientes empresariais e revendedores. Para os clientes empresariais, a Companhia reconhece a receita de acordo com o montante fornecido de GLP ao cliente, que é medido por meio de equipamento de leitura, gerando um ticket de medição para aprovação do cliente. No caso de revendedores, o gás é comercializado envasado em recipientes com capacidade que varia entre 5 e 90 quilos, a receita é reconhecida com base no faturamento destes produtos.

Venda de serviços

As receitas com vendas de serviços são provenientes de atividades correlatas à comercialização de gás liquefeito de petróleo (GLP) e contemplam a requalificação de recipientes, o envase e o carregamento de GLP às empresas congêneres e instalações de infraestrutura nos clientes para uso do GLP.

Devoluções e cancelamento

Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que uma reversão significativa não ocorrerá.

Descontos e negociações comerciais na venda de mercadorias
A contraprestação variável está substancialmente representada por acordos comerciais onde os produtos são comercializados com descontos. Essas negociações são individuais e distintas entre os clientes e podem apresentar características e naturezas complexas. Os principais acordos firmados com clientes, levam em consideração a estratégia comercial direcionada ao perfil do cliente (varejista e atacadista).

As bonificações estão atreladas ao volume de vendas, tendo como parâmetro variações das compras anuais dos clientes ou previsão contratual de vendas.

22. CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
Custo das matérias primas, serviços e demais materiais	(8.035.895)	(7.519.696)	(8.037.726)
Despesas com pessoal, inclui PLR	(779.493)	(700.270)	(783.487)
Depreciação e amortização (*)	(167.382)	(161.893)	(171.314)
Despesas de fretes	(255.911)	(227.415)	(255.912)
Serviços de terceiros	(314.859)	(303.408)	(315.808)
Manutenção e reparo	(127.151)	(126.323)	(132.241)
Aluguéis	(24.903)	(19.469)	(25.004)
Publicidade e propaganda	(54.405)	(44.217)	(54.406)
Perdas de crédito esperadas - PCE, líquidas	(25.481)	(18.737)	(25.481)
Outras despesas	(147.516)	(149.688)	(146.080)
Total	(9.932.996)	(9.271.116)	(9.947.459)
Na Demonstração do Resultado			
Custo dos produtos e serviços	(8.567.429)	(7.995.923)	(8.578.466)
Despesas com vendas	(954.364)	(821.416)	(955.806)
Despesas gerais e administrativas	(411.203)	(453.777)	(413.187)
Total	(9.932.996)	(9.271.116)	(9.947.459)

(*) Em 31 de dezembro de 2024, o valor da depreciação e amortização é apresentado líquido dos créditos de PIS e COFINS de R\$ 2.538 (em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 2.638).

23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
Resultado da venda e da baixa de imobilizado	(28.524)	(15.478)	(28.524)
Provisão para processos judiciais	(15.496)	(806)	(15.496)
Recuperação PIS/COFINS - Lei complementar 192/2022 (Nota explicativa nº 3.2)	494.204	-	494.204
Resultado (ativo/passivo) de arrendamentos	171	(258)	171
Provisão e reversão do custo de remediação de passivo ambiental	(5.888)	2.155	(5.888)
Perda no inventário estoque e almoxarifado	(7.769)	(4.603)	(7.769)
Perdas estimadas de ativo imobilizado	(12.982)	(52.096)	(12.982)
Outras	(17.687)	20.987	(17.655)
Total	406.029	(50.099)	406.061

24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
Juros sobre aplicações financeiras	41.813	55.787	41.813
Juros sobre atrasos e parcelamento de débitos de clientes	7.469	8.504	7.469
Variações monetárias e cambiais ativas	10.388	8.763	10.388
Outras	4.086	3.561	4.216
Receltas financeiras	63.756	76.615	63.886
Empréstimos bancários	(2.644)	(12.293)	(2.690)
Taxas e comissões bancárias	(3.235)	(2.750)	(3.383)
Juros sobre passivo atuarial	(9.879)	(11.644)	(9.879)
Juros sobre arrendamentos (*)	(15.600)	(17.706)	(15.656)
Juros sobre debêntures	(215.596)	(281.233)	(215.596)
Juros passivos	(6.489)	(8.102)	(6.489)
Amortização do custo de emissão de debêntures	(5.153)	(4.837)	(5.153)
Variações monetárias e cambiais passivas	(1.478)	(1.898)	(1.478)
Despesas financeiras	(260.074)	(340.463)	(260.324)
Resultado financeiro líquido	(196.318)	(263.848)	(196.438)

(*) Em 31 de dezembro de 2024, os juros são apresentados líquidos dos créditos de PIS e COFINS de R\$ 1.247 (em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 1.199).

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No contexto da gestão de riscos, a Companhia possui um processo de monitoramento e gerenciamento, que considera a avaliação e controle de potenciais riscos financeiros que possam impactar seus negócios.

Entre os principais riscos monitorados estão o risco de crédito, o risco de mercado e o risco de liquidez, entre outros, aos quais a Companhia está regularmente exposta em suas operações diárias. A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade, sendo todas as decisões respaldadas por políticas e controles internos.



COPA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados a valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); e • Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Reconhecimento e mensuração

Os ativos e passivos mantidos pela Companhia são mensurados ao custo amortizado, com o objetivo de recebimento em seu fluxo de caixa e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e, fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e as variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não tinha ativos e passivos financeiros mensurados na categoria de valor justo.

26. SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos seus ativos, com fundamento em avaliações de bens conforme técnicas de engenharia para cobertura de sinistros de incêndios, responsabilidade civil e outros.

No entanto, o valor segurado é considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas por eventuais sinistros que venham a ocorrer.

Os itens e valores segurados em 31 de dezembro de 2024 são:

Ativo	Tipos de cobertura	Importância segurada
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Básica (incêndio, raio e explosão) e coberturas acessórias. Perdas financeiras, em consequência da prestação de serviços como atos, erros ou omissões e aos custos de defesas de ações judiciais, danos morais e restituição de imagem.	196.780
Responsabilidade civil administradores	Operações, produtos, empregador, contingência de veículos, poluição ambiental, danos morais, erro médico e objetos.	90.000
Responsabilidade civil geral	Danos materiais e danos corporais causados a terceiros (por veículo).	60.000
Veículos		1.200

27. OUTROS ASSUNTOS

Em 2024, a Copa Energia avançou em suas metas de sustentabilidade, focando em quatro eixos principais: cadeia de valor e foco no cliente, pessoas, governança e meio ambiente. A empresa alinhou suas ações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à Agenda 2030, com ênfase na transição energética e em temas como inovação, diversidade e gestão de emergências.

A Copa Energia também revisou sua matriz de materialidade, adotando a metodologia de dupla materialidade, e definiu 12 temas prioritários para a Companhia:

1. Transição energética
2. Mudanças climáticas
3. Inovação e tecnologia
4. Diversidade, inclusão e equidade
5. Democratização do acesso à energia
6. Saúde, bem-estar e segurança
7. Relacionamento com comunidades e desenvolvimento local
8. Qualidade e segurança do produto e serviço
9. Gestão de emergências
10. Privacidade e segurança de dados
11. Ética, integridade e compliance
12. Gestão da cadeia de suprimentos

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Operação de Liability Management 6º Emissão de Debêntures

Em 10 de janeiro de 2025 a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures simples no valor de R\$1.380.000. Os recursos obtidos foram utilizados para realizar a liquidação antecipada da 2ª emissão de debentures, gerando benefícios financeiros de longo prazo, uma vez que as condições negociadas são melhores do ponto de vista de custo, prazo e garantias.

Esta operação reflete o compromisso contínuo da Companhia em melhorar sua saúde financeira e sua capacidade de investir em oportunidades de crescimento com uma base de capital mais eficiente.

DECLARAÇÃO DO COMITÊ EXECUTIVO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Copa Energia S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Nações Unidas, nº 14.171, Torre C, 29º andar, conjuntos 2901, 2902, 2903 e 2904, Condomínio Rochaverá *Corporate Towers*, São Paulo (SP), inscrita no CNPJ sob nº 03.237.583/0001-67, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

DIRETORIA

Antonio Carlos Moreira Turquetto
Diretor-Presidente

Eduardo Elias Zahran Filho
Diretor

Pedro João Zahran Turquetto
Diretor

CONTADORA

Letícia de Paula Freitas Birgel - CRC 1SP336429/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Copa Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Copa Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copa Energia S.A. e da Copa Energia S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Redução ao valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura (Nota 10)

A Companhia possui registrado em seu ativo intangível, ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, oriundo da aquisição da Liquigás Distribuidora S.A. ocorrida em dezembro de 2020 no montante de R\$ 1.408.896 mil. O referido saldo tem sua recuperação baseada em projeções que incluem premissas e dados que envolvem julgamentos significativos da administração, incluindo a definição de unidade geradora de caixa, preço médio líquido do GLP, volume de venda, dispêndio anual para aquisição de imobilizado e taxa de desconto, entre outras. Para efetuar o cálculo do valor recuperável do ágio, a administração calculou o valor em uso através da metodologia do fluxo de caixa descontado.

Consideramos que essa área permaneceu como foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância do saldo, bem como o fato de que variações na determinação das premissas adotadas pela administração podem impactar a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, podem resultar em ajuste material nos resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável do ágio, da metodologia de avaliação, das premissas e dados utilizados no cálculo, assim como o critério adotado pela administração para a definição da unidade geradora de caixa.

Avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Envolvermos nossos especialistas na área de avaliação de negócios para nos apoiar na análise e teste da taxa de desconto, análise da metodologia empregada e razoabilidade das projeções.

Em relação às principais premissas adotadas pela administração, como o preço e volume de venda e dispêndio anual para aquisição de imobilizado, avaliamos, por meio de análises de sensibilidade, se variações individuais ou cumulativas aproximariam o valor recuperável do valor contábil. Para as

demais premissas, levamos em consideração o comportamento histórico, respectivas tendências e outras evidências que corroboram os dados utilizados. Avaliamos, também, a competência, objetividade e capacidade de especialistas internos contratados pela administração envolvidos no cálculo do valor recuperável.

Com base nos trabalhos de auditoria acima resumidos, consideramos que as premissas, os dados utilizados e a metodologia de avaliação do valor recuperável adotados pela administração são razoáveis. Assim como, as divulgações efetuadas sobre o tema, estão adequadas perante a norma.

Porque é um PAA

Créditos tributários oriundos da Lei Complementar ("LC") 192 (Nota 3.2)

A Companhia registrou créditos tributários relacionados às contribuições ao PIS e COFINS no montante de R\$ 494.204 mil, oriundos da Lei Complementar "LC" 192, publicada em 11 de março de 2022.

A referida LC 192, considerando as modificações contempladas pela LC 194, disciplinou a redução à alíquota zero de PIS/COFINS incidente sobre a receita derivada da venda de GLP e demais combustíveis, mantendo o direito aos créditos de PIS/COFINS vinculados para toda a cadeia até o consumidor final entre o período de 11 de março de 2022 a 21 de setembro de 2022.

A complexidade inerente à aplicação da lei tributária, assim como a análise de recuperabilidade dos créditos, implicam num significativo grau de julgamento pela Administração. Tais aspectos foram considerados quando da mensuração dos créditos e respectivo registro contábil.

Esse assunto foi foco de nossa auditoria em razão da relevância dos valores envolvidos no período e que tiveram efeito sobre a auditoria em função das operações que deram origem aos créditos, atualizações monetárias dos períodos envolvidos, bem como a verificação da recuperabilidade dos referidos créditos fiscais.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Entre outros procedimentos, obtivemos o entendimento das LCs 192 e 194 mediante discussões com a administração e, adicionalmente, aplicamos os procedimentos descritos a seguir:

Com auxílio de nossos especialistas tributários, efetuamos a leitura das LCs 192 e 194, e avaliamos e discutimos com a administração as conclusões obtidas pela Companhia para o reconhecimento e mensuração do ativo.

Nosso procedimento de auditoria incluiu, entre outros aspectos, a compreensão da memória de cálculo do crédito decorrente da LC 192, a avaliação das premissas e das fontes de dados utilizadas pela administração, a aplicação de testes de amostragem sobre o crédito de PIS e COFINS apurado, e a análise do parecer jurídico elaborado pelos seus assessores legais.

Com base nas análises tributárias resumidas acima, consideramos que as premissas, os dados utilizados e as metodologias de avaliação do valor recuperável adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 13 de março de 2025

Felipe Edmond Ayoub
Contador - CRC 1SP187402/O-4

